

Cinco razões para se conhecer ou recordar a saga da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP)

Murilo Leal Pereira Neto – Professor do Departamento Multidisciplinar da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) – campus Osasco

Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Linha de Pesquisa História Social do Trabalho

1. O que a história da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) revela sobre possibilidades abertas entre 1978 e 1988

O sociólogo Francisco de Oliveira, um dos mais argutos e criativos intérpretes, além de participante ativo, dos processos que vêm engendrando a sociedade brasileira no tempo presente, designou o período de cerca de trinta anos, entre 1970 e 1990, como a “era das invenções”, uma “época de forte invenção política”. Do amplo argumento do autor, abrangendo manifestações artísticas e culturais como a Bossa Nova e o Cinema Novo, cabe destacar a ideia de que a Nova República institucionalizou uma redemocratização feita pelo alto, mas fortemente temperada por grandes invenções como o surgimento do Partido dos Trabalhadores (1980), baseado no “sindicalismo autêntico”, da Central Única dos Trabalhadores (1983) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (1984).¹ A ideia parecia perseguir o autor já que, em texto conjunto com Cibele Rezek e Maria Célia Paoli, qualificara as experiências de Orçamento Participativo como “uma extraordinária invenção política”.² É certo que hoje o esgotamento da força transformadora dessas invenções merece tanto ou maior interesse quanto a análise das possibilidades e significados de sua criação, e trataremos disto adiante. Mas continua urgente compreender-se quando e porque se abre à sociedade, e especificamente aos que precisam transformá-la, a possibilidade de criar formas novas de participação política, de fundar órgãos de poder de baixo para cima, de exercer uma outra sociabilidade. Nesse movimento, a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP), por suas ideias, suas práticas e mesmo por seus enganos, representa a radicalidade da invenção. Conhecer e interpretar sua experiência pode nos enriquecer com uma melhor compreensão da natureza e limites das outras invenções e do processo como um todo.

Que fatores teriam propiciado a emergência de tantas novidades políticas no processo de transição para a democracia no Brasil, talvez uma exceção, pelo menos na região do Cone Sul, onde prevaleceu tendência à reconstrução de organizações existentes nos períodos democráticos anteriores? É possível arriscar uma hipótese com considerações socioeconômicas em uma mão e políticas na outra. Entre 1964 e 1980, ano da fundação do PT, o Brasil mudou muito: o processo de industrialização ampliou-

1OLIVEIRA, Francisco de. “Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento”. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba (Orgs.). **A era da indeterminação**, São Paulo: Boitempo, 2007, pp. 16 a 22.

2OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia; RIZEK, Cibele Saliba. “Orçamento participativo: uma invenção da política”. In: **Reforma política e cidadania**. BENEVIDES, Maria Victoria; VANUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (Orgs.)São Paulo: Perseu Abramo/Instituto Cidadania, p. 123

se e aprofundou-se; contingentes populacionais numerosos continuaram migrando de regiões rurais para urbanas; a sociedade continuou se urbanizando; formou-se uma nova classe trabalhadora e surgiu um novo eleitorado. No plano político, os setores “aberturistas” da ditadura pareciam ter alcançado pleno êxito em seu projeto de constituir uma oposição moderada e com ela pactuar o desenho de uma democracia limitada e tutelada. Mas esta via produziu “efeitos colaterais”. Ao contrário da ditadura do Estado Novo, que, com a Constituição de 1937, estabeleceu uma nova institucionalidade, embora muita coisa tenha ficado apenas no papel, a ditadura civil-militar de 1964 quis manter parte das instituições do regime anterior como forma de legitimar-se, reprimindo, controlando e deformando seu funcionamento. Havia partidos, mas apenas dois e impostos artificialmente, havia eleições, mas sem liberdade política, havia Judiciário, mas sem independência, havia sindicatos e eleições para suas diretorias, mas quem dava a última palavra era o Ministério do Trabalho. Esta situação parece ter instigado naquela parcela da sociedade que não encontrava espaço nem possibilidades de participar da “transição transada” uma percepção de desgaste do sistema político como um todo, de dissociação entre a ideia de democracia e a existência e funcionamento das instituições representativas da democracia liberal, ao invés de uma nostalgia pela retomada das virtudes do regime anterior.

Ademais, a lenta transição, que vai desde o anúncio da distensão “lenta, gradual e segura”, por Ernesto Geisel em 1974 até a eleição de Tancredo Neves em 1985, se por um lado garantiu um controle conservador sobre o processo, por outro não pôde evitar a tessitura de experiências realizadas e transmitidas de forma molecular, pouco visível, em espaços improváveis, promovendo duas inovações. A primeira foi a politização do cotidiano e de práticas anteriormente dispersas e limitadas (compor uma canção ou pleitear creche para um filho poderia tornar-se ato subversivo); a segunda, a alteração da relação de forças dentro de instituições conservadoras e autoritárias, abrindo espaços para a participação popular, o que se verificou, por exemplo, na Igreja Católica e em parte dos sindicatos.

Considerados estes fatores, pode-se dizer que a radicalidade da contribuição da OSM-SP para a “era das invenções” derivou das condições peculiares em que se desenvolveram suas experiências e da composição dos sujeitos que a integraram. Os canais de participação na vida sindical estavam obstruídos. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo sofrera intervenção em 1964 e nos vinte anos seguintes em muitos momentos passara a colaborar com a polícia política na perseguição a membros da Oposição, no controle e fraude dos processos eleitorais do sindicato, na resolução de conflitos fabris, como evidenciou-se no processo de pesquisa que resultou na publicação do dossiê *Investigação operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores*.³ Restavam a atuação centrada nas fábricas (caracterizada no estudo de

3 CONSELHO DO PROJETO MEMÓRIA DA OSM. **Investigação Operária:** empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores. São Paulo: IIEP, 2014, pp. 122 a 136. O projeto *Memória da OSM-SP* foi conduzido pela entidade Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP) com recursos obtidos na II Chamada Pública do Projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça em 2011.

Hamilton José Faria como “exílio nas fábricas”⁴), a organização semiclandestina, uma militância política baseada na “luta por migalhas”,⁵ a invenção de pequenos estratagemas para a propaganda e a resistência. Como exemplo desses ardis de comunicação, cabe mencionar que a OSM-SP manteve desde 1969 a publicação de jornais para a comunicação com os metalúrgicos (*Luta Operária*, em 1969, *Notícias Metalúrgicas*, em 1971, *Luta Sindical*, em 1976) e boletins, distribuídos mais amplamente. Segundo a memória de militantes da OSM-SP:

O método de distribuição era denominado “ganchinho” (...) Consistia em pendurar os boletins em ganchos de arame, durante a madrugada, no alambrado das fábricas e locais próximos. Os materiais eram entregues ao final da reunião da Oposição, aos responsáveis de cada região e eles tinham a obrigação de fazer os feixes e ir ao encontro dos demais companheiros que estavam no ponto de encontro anteriormente marcado, esperando para colocar no alambrado. A evolução desse método foi o “pacotinho”: esse novo método consistia em fazer pacotes de boletins, colocava-se numa sacola, saía com a sacola e colocava os montinhos no chão das calçadas das estações de trem e portas de fábrica (entre 4h00 e 4h30 da manhã), enquanto um outro companheiro vinha caminhando atrás e chutando os montinhos para espalhar o material. Pela manhã, ao entrar na fábrica, os trabalhadores pegavam os boletins no chão e liam. Esse método não podia ser utilizado em dias de chuva.⁶

Quanto aos integrantes da OSM-SP, as correntes mais influentes, desde seus primórdios, tinham em comum a crítica ao suposto “cupulismo” do “sindicalismo populista” e a defesa das organizações de base nas fábricas e nos bairros. As origens mais remotas da Oposição podem ser localizadas na disputa eleitoral pela direção do sindicato em 1967, quando Waldemar Rossi encabeçou a Chapa Verde, *Chapa de Decisão*, *Chapa de Renovação*. A lista compunha-se de católicos, ex-membros do Partido Comunista Brasileiro e dissidentes da diretoria do sindicato. Dos três grupos, os católicos teriam atuação estruturante e mais duradoura na OSM-SP e estavam ligados à Ação Operária Católica, surgida da Juventude Operária Católica. Com a formação da Pastoral Operária, em 1970, atuavam de forma consciente e planejada na valorização das lutas fabris para a emancipação dos trabalhadores e na pedagogia do “ver-julgar-agir”.⁷

A partir de 1968 integraram-se correntes de esquerda que também visavam ao fortalecimento das comissões de fábrica, da organização no local de trabalho: Ação Popular (AP), Organização Comunista Marxista-Leninista–Política Operária (POLOP), trotskistas do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT).⁸ A título de exemplo:

4 FARIA, Hamilton J.B. de. **A experiência operária nos anos de resistência: a Oposição Metalúrgica de São Paulo e a dinâmica do movimento operário (1964-1978)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, PUC-SP.

5 SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 242

6 **A saga da Oposição Sindical Metalúrgica**. Acervo IIEP.

7 BATISTONI, Maria Rosângela. **Entre a fábrica e o sindicato: os dilemas da oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987)**. Tese de Doutorado. Serviço Social, PUC/SP, 2001. p, 39, 110 a 122

8 Os trotskistas do PORT começaram a intervir na Oposição em 1964. Posteriormente, também tiveram participação militantes da OSI (Organização Socialista Internacionalista), atualmente Corrente O Trabalho do PT, e da Convergência Socialista, atualmente PSTU.

desde seu IV Congresso, em 1967, a POLOP defendia, no *Programa Socialista para o Brasil*, o papel central do proletariado industrial organizado em comitês de empresa “livres e ligados ao conjunto da classe”, na luta “pela libertação dos sindicatos da tutela do controle do Estado”.⁹ Em 1967, os trotskistas Olavo Hanssen, Rolan Crespo, Irineu Molina e Franco Farinazzo integravam uma célula metalúrgica. Nas assembleias gerais metalúrgicas de 15 de setembro e 6 de outubro de 1967, registrou-se em ata a palavra de Rolan Crespo em defesa da criação de “conselhos de empresa eleitos pelos próprios trabalhadores” ou da “organização de conselhos nas empresas para levar a palavra de ordem aos operários”, referindo-se à luta contra o arrocho salarial.¹⁰

Em suma, quando os operários “entraram em cena”, a OSM-SP, pelas condições em que fizera sua experiência na maior categoria operária do país e pela formação política e projeto de sociedade de suas correntes majoritárias, estava em condições de representar a radicalidade do novo.

A novidade política foi registrada, ainda em 1978, em comunicação apresentada pelo historiador Kazumi Munakata no IV Encontro Regional da ANPUH de São Paulo (Associação Nacional de História) e mesmo antes, no calor da hora. O articulista da **Folha de S. Paulo** que assinava suas matérias na coluna *Opinião* como G.M.B., muito provavelmente o cientista político, professor da USP e membro do PCB Gildo Marçal Brandão, no dia 19 de maio, 7 dias após a greve da Scania, já chamava a atenção para as “duas ordens de acontecimentos que estão se processando no País, pela sua importância para o futuro político da Nação”: a candidatura da Oposição à sucessão de Ernesto Geisel e as greves do ABC, por serem o primeiro movimento com tal magnitude na década e por transbordarem “os estreitos espaços institucionais vigentes”.¹¹ Poucos dias depois, na mesma coluna *Opinião*, outro articulista, assinando A.D., analisava os significados das greves operárias para o processo da redemocratização:

Os recentes movimentos operários e sindicais vieram reafirmar uma questão fundamental: a redemocratização deve ser empreendida com visão social. Não se pode compreender nenhum sistema de franquias sem incluir aquela que vai afetar a vida e a sobrevivência física da enorme maioria da Nação: os trabalhadores (...) A aspiração que varre o país de ponta a ponta de participar politicamente não é subjetiva, vaga e impalpável. As massas querem decidir seus destinos em função das suas necessidades, da sua fome, da sua desproteção.¹²

Muitos percebiam, portanto, que as greves operárias tinham alcance político e não apenas aceleravam a transição democrática como mudavam sua qualidade. A OSM-SP distinguiu-se por marcar o processo com a clara compreensão e a denúncia de que os governos militares não eram simplesmente ditaduras autocráticas, mas também “governos dos patrões” e, portanto, não bastava reforçar a frente democrática juntamente com os patrões que se bandeavam para o outro lado, fazia-se também

9 Ibid., p. 77.

10 Atas das assembleias gerais do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 15/9/67, p. 190-verso e de 6/10/67, p. 194.

11 GMB, “Um lance de dados”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 19 de maio de 1978, p. 2.

12 A.D. “O pão e o aço”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 28 de maio de 1978, p. 2.

necessário garantir na democracia, de baixo para cima, o avanço de conquistas sociais para os trabalhadores.

2. O que a história da OSM-SP revela sobre as greves de 1978 e 79 em São Paulo

Em seus trabalhos sobre as greves do período 1978-97 no Brasil, o sociólogo Eduardo G. Noronha faz algumas proposições importantes para a análise do fenômeno. A primeira decorre da própria construção do objeto de estudo “ciclo de greves” ao invés de greves isoladas, o que implica na atenção a variáveis explicativas complexas, entre as quais a do porquê da expansão do ímpeto paredista de uma categoria para outra, ou de uma região para a outra. Ademais, o autor propõe uma periodização de fases, no interior do ciclo maior, sendo a primeira, de *expansão* (1978-1984), a segunda, de *explosão* (1985-1992) e a terceira, de *resistência e declínio* (1993-1997). Atento aos estudos internacionais, observa que o ciclo brasileiro caracterizou-se por registrar “um dos maiores níveis de paralisações da história dos países ocidentais”¹³ e, finalmente, o autor chama a atenção para a importância de se relacionar ciclos de greves e processos políticos mais amplos.

Todos esses argumentos parecem ressaltar a importância de se conferir maior atenção às greves metalúrgicas por fábrica em São Paulo em maio e junho de 1978, à greve geral da categoria em outubro do mesmo ano e à greve geral metalúrgica de outubro/novembro de 1979. O conhecimento construído sobre as paralisações no ABC paulista é tão vasto e os estudos sobre São Paulo são comparativamente tão escassos que a própria compreensão da natureza do *ciclo* resulta prejudicada. Este “desequilíbrio” explica-se, certamente, pelo impacto econômico e político muito mais intenso e abrangente das greves do ABC, o que as colocou no topo da agenda da pesquisa científica por todo um período. Explica-se também, como não podia deixar de ser, pelo poder político e institucional que suas organizações e lideranças concentraram e exerceram posteriormente, não representando um gesto particularmente meritório a omissão do registro das greves metalúrgicas paulistanas em uma compilação tão ampla de depoimentos como os reunidos nos dois volumes da coleção *Por que cruzamos os braços*, organizada pelo DIEESE.¹⁴

Antes de nos determos um pouco sobre o papel de São Paulo no *ciclo* à luz do argumento de Noronha, cabe observar que o autor subdivide sua fase inicial (1978-1984) em três “subfases”, a primeira das quais teria se concentrado na área metalúrgica do ABC e se espalhado rapidamente para outros municípios, caracterizando um momento “inaugural” que teria definido as “características da atuação sindical que marcaram esse período”.¹⁵

Uma consideração indispensável a fazer é que as greves metalúrgicas no ABC, São Paulo e Osasco pipocaram quase simultaneamente, configurando um mesmo processo

13 NORONHA, Eduardo G. “Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, 2009, p. 121

14 OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues et. al. *Greves no Brasil (de 1968 aos dias atuais)*. São Paulo: Cortez, 2016.

15 Noronha, Eduardo G., op. cit., p. 128

em lugares diferentes e com certas peculiaridades. A greve na Toshiba, localizada na Vila Arapua, em São Paulo, bairro próximo ao município de São Bernardo do Campo, eclodiu em 26 de maio, portanto, 14 dias após a parede da Scania. Em seguida parou a metalúrgica Hyster, na Zona Sul (dia 29 de maio), depois a Barbará, também na Zona Sul (em 5 de junho), a Máquinas Gutman na Mooca (6 de junho), a GE no Jaguará (6 de junho)¹⁶ e mais cerca de 130 empresas.¹⁷ Em Osasco entraram em greve a Cobrasma, a Braseixos e a Brown Boveri (5 de junho). Como entender a expansão do ciclo?

Esta pergunta, naturalmente, não escapou à atenção dos próprios sujeitos. Em boletim de seis páginas divulgado pela OSM em 1978, encontramos análise sobre a *Expansão do ciclo de greves entre maio-novembro de 1978 – elementos de propagação* em que se conclui: “1. As greves que foram deflagradas entre maio e julho de 1978 (...) foram sendo propagadas através do ‘contágio local’, expandido-se geograficamente, a partir das maiores fábricas de cada região”. Parece repetir-se aqui algo que a pesquisa também encontrou nos momentos iniciais da *Greve dos 300 Mil*, em 1953 em São Paulo: em condições políticas e institucionais desfavoráveis, tem um peso decisivo para a ampliação do movimento a própria presença, energia e expressividade da greve e dos grevistas em um território, “contagiando” a vizinhança, mais do que os chamados das direções ou o papel das instituições.

Prosseguindo em sua análise, o boletim sublinha:

2. Outro fator que se destaca é que o movimento não foi ‘espontâneo’, embora a propagação do mesmo possa ser chamada de ‘natural’.
3. As fábricas que deram os exemplos iniciais, ou que vieram renovar o ‘fôlego’ do movimento, contavam com trabalho de grupos internos, que preparavam a greve já há algum tempo, ou que se mobilizavam com rapidez para a organização dessas lutas.¹⁸

Entra aqui o fator *organização consciente*, que, nas greves de São Paulo, partiu principalmente de membros da OSM. Alguns testemunhos evidenciam o lugar do militante na comunicação da experiência do ABC para São Paulo e mesmo na “encarnação” da nova relação de forças. Segundo Anízio Batista, organizador da greve da Toshiba:

Quando surgiram todas essas greves do ABC e nós também estávamos discutindo em São Paulo a questão aí, um dia eu falei na reunião da Coordenação da Oposição Sindical: “Semana que vem eu paro a Toshiba”. Nossa, o pessoal falou: “Mentira, não vai parar a Toshiba porra nenhuma” (risos), aquela brincadeira nossa. Porque eu sentia que estava organizado e a gente tinha condições de parar a Toshiba e a gente parou de certa forma.¹⁹

16 A SEGUNDA empresa parada na Capital. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 31 de maio de 1978, p. 31

17 BATISTONI, Maria Rosângela, op. cit., p. 199.

18 Acervo IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas). Pasta Histórico OSM/CPV – Acervo digital para consulta/campanhas salariais-greves 1978.

19 BATISTA, Anízio. **Anízio Batista**: depoimento [mar. 2018]. Entrevistador: Murilo Leal. São Paulo, 2018.

Uma característica destacada das greves de maio e junho foi terem se organizado “por fora” do Sindicato, que muitas vezes era admitido apenas como representante legal para a homologação dos acordos. Os grevistas adotaram o método de manter os “braços cruzados e máquinas paradas”: entrar, se possível bater o ponto, dirigir-se ao posto de trabalho e não ligar a máquina. Isto ocorreu na Toshiba, na Barbará, na Massey Ferguson, na Caterpillar.²⁰ De acordo com Batistoni, foram realizados cerca de 103 acordos salariais “sendo a maior parte efetivada via grupo ou comissão de fábrica”.²¹ A experiência vitoriosa das paralisações promovidas por comissões de fábrica, à revelia da intervenção direta da direção do Sindicato, conquistando ganhos salariais em negociação com os patrões, ao arripio da legislação salarial em vigor, certamente forneceu elementos para a fundamentação da concepção de política sindical que a OSM-SP defenderia nos anos seguintes.

Quatro meses após as paralisações por fábrica, os metalúrgicos entraram em campanha salarial e realizaram a que pode ter sido “a primeira greve geral da categoria metalúrgica no país depois de 1964”.²² O movimento durou de 30 de outubro a 1º de novembro e apresentou algumas novidades importantes e mesmo uma notável “invenção”. Entre as novidades, o encaminhamento da campanha salarial e da greve conjuntamente pelos sindicatos de São Paulo, Osasco e Guarulhos, mobilizando cerca de 300 mil grevistas, 80% da categoria nas três bases sindicais²³ e conquistando, na convenção coletiva, reajustes até 15% acima do índice oficial definido pelo governo e endossado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). A proposta patronal foi aceita pelo sindicato de Guarulhos, rejeitada pelo de Osasco e aceita pelo de São Paulo após manobra da Diretoria de Joaquim dos Santos Andrade que se recusou a submeter a proposta patronal à aclamação em uma assembleia de 30 mil operários/operárias na rua do Carmo no dia 31, apresentando-a para deliberação por escrutínio secreto em assembleia de 6 mil no dia seguinte.²⁴

Uma “invenção”, que posteriormente seria incorporada pela CUT como *zonais*, foi a das *reuniões interfábricas*, concebidas durante a preparação da parede na metalúrgica Hyster. Já que em diversas indústrias havia uma vontade de parar, materializou-se um organismo articulador, reunindo “trabalhadores isolados, núcleos, grupos, comissões de fábrica da zona sul” com o objetivo de “discutir as experiências das fábricas e dar encaminhamento unitário e coletivo às lutas locais e conjuntas”.²⁵ As *Interfábricas* tiravam boletins e se organizaram mais intensamente na Zona Sul e posteriormente nas regiões da Mooca, Zona Oeste, Penha, Ipiranga.²⁶

20 Sobre a Toshiba, ver “Toshiba aceita 15%; trabalho é reiniciado”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 31 de maio de 1978, p. 15. Para as demais, ver Batistoni, op. cit., pp. 204 a 215.

21 BATISTONI, op. cit., p.199

22 Ibid., p. 239

23 Ibid., p. 239

24 Ibid., p. 246

25 Ibid., p. 203

26 Ibid., p. 279

Na greve geral de 1979, as *reuniões interfábricas* tiveram papel decisivo, pois constituíram embriões dos *comandos regionais*, organizados conforme as zonas industriais da cidade e aprovados no processo das onze assembleias gerais preparatórias da campanha salarial, iniciada em 15 de agosto.²⁷ Esta greve durou onze dias, de 29 de outubro, uma segunda-feira, a 8 de novembro e, novamente, unificou as campanhas de São Paulo, Osasco e Guarulhos.

A OSM-SP desempenhou funções decisivas mais uma vez, participando das assembleias com oradores oficiais, aprovando propostas, como a da criação dos Comandos Regionais e o aluguel de cinco sub-sedes do sindicato, nas zonas sul, leste, oeste, norte e sudeste, participando da *comissão de mobilização*, composta por cerca de 260 representantes eleitos em cada região e das subcomissões de redação, contatos e, posteriormente da *comissão de negociação*.²⁸ Praticava, desta forma, uma tática que combinava duas alternativas vistas como excludentes no ano anterior: conduzir a greve através do sindicato, empurrando a Diretoria e, simultaneamente, formar organismos próprios para organizar o movimento.²⁹

Ao contrário do ano anterior, o empresariado mostrou-se organizado, resistente, orientado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) a não negociar separadamente e respaldado pelo Estado, que, sob o comando do governador colocou a ROTA (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar) nas ruas, efetuando inúmeras prisões antes mesmo de a greve começar. Segundo o relato do ferramenteiro Vicente Garcia Ruiz em suas memórias:

Depois da rasteira recebida na paralisação de 1978 – quando a diretoria do sindicato passou por cima da decisão da assembleia da categoria e decidiu acabar com a greve – a oposição sindical assumiu toda a responsabilidade da paralisação de 1979. Por esse motivo, a polícia militar do Estado de São Paulo, governado por Paulo Maluf, invadiu as sub-sedes do sindicato no dia 28 de outubro de 1979 e levou presa grande parte das lideranças de oposição sindical nas vésperas da greve.³⁰

O projeto *Memória da OSM-SP* encontrou documentação relativa a, pelo menos, 334 prisões de operários e operárias nos arquivos do DEOPS. No segundo dia do movimento foi assassinado Santo Dias, metalúrgico da Filtros Mann, membro da Pastoral Operária, candidato a vice-presidente na chapa da OSM-SP em 1978. O cortejo fúnebre que conduziu seu corpo da Igreja da Consolação, onde foi velado, à Catedral da Sé, reuniu mais de quinze mil pessoas, capitaneado pelo carro do Cardeal D. Paulo Evaristo Arns e insuflou a expansão do ciclo de greves com a energia moral das grandes causas.

3. O que é possível aprender da luta por mudanças na estrutura sindical

27 Ibid., p. 286

28 Ibid., p. 282.

29 Ibid., p. 235.

30 RUIZ, Vicente García. **De alma aberta**: crônicas libertárias sobre a vida e o chão de fábrica. São Paulo: Edição do Autor, 2015, p. 208.

Um dos pilares da legislação sindical “estadonovista”, fiador do atrelamento dos sindicatos ao Estado e da sustentação da burocracia sindical, o Imposto Sindical, sobreviveu aos tempos, vindo a ser derrubado somente pela reforma trabalhista do governo Michel Temer. Este fato é muito significativo por parecer repetir certo padrão de resolução de mudanças na sociedade brasileira, em que bandeiras liberais ou reformistas não encontram força para seu equacionamento pelos defensores originais, vindo a ser executadas, em outro contexto, por antigos opositores. Foi assim, por exemplo, com a emancipação nacional, a abolição da escravatura ou o Estatuto da Terra – para pegar exemplos em situações muito diversas. As medidas reformistas são divorciadas dos projetos em que poderiam significar transformações e dos sujeitos e processos capazes de articulá-las em verdadeiros movimentos de mudanças, sendo, ao contrário, incorporadas à agenda transformista de elites conservadoras. Sequer um movimento de *revolução passiva* tem lugar.

É o caso da extinção do Imposto Sindical pelas mãos de um governo representativo de grupos patrimonialistas no Estado e conservadores no interior do Brasil que precisou passar-se por neoliberal para legitimar um golpe parlamentar junto às frações mais internacionalizadas e influentes das classes dominantes. Os governos do Partido dos Trabalhadores, que tinha um compromisso histórico com o desatrelamento da estrutura sindical do Estado, não incluíram a extinção do Imposto Sindical em sua agenda quando a medida poderia significar, juntamente com outras ações, um avanço para o fortalecimento da organização pela base e um golpe importante contra as burocracias e sindicatos “de carimbo”. Esta reforma estrutural, assim como outras (a tributária, a agrária), foi deixada em uma gaveta onde foi encontrada depois pelos golpistas.

Por que a esquerda tem dificuldade de promover reformas estruturais? A história dos embates pela transformação da estrutura sindical brasileira, parcialmente sumarizada adiante do ponto de vista da OSM-SP, pode nos ensinar alguma coisa a respeito.

A defesa de um movimento sindical autônomo, sintetizada na palavra de ordem “fim do título V da CLT”,³¹ foi bandeira comum dos sindicalistas autênticos e das oposições sindicais e incorporou-se ao projeto de transformações sociais da CUT. Por sua trajetória, como já observamos, o tema era particularmente sensível à OSM-SP.

Desde a campanha da Chapa Verde em 1967, a Oposição criticou não apenas a diretoria do sindicato, mas a estrutura sindical. Esta linha programática foi formalizada nas teses aprovadas em seu I Congresso, realizado nos dias 24 e 25 de março de 1979, que expunham: “O papel da Oposição Sindical é o de dismantelar a atual estrutura e construir uma nova, independente dos patrões e governo, a partir da organização da fábrica”.³² Pode-se dizer que a mudança da estrutura sindical mostrou-se muito mais difícil do que se previa à época e, neste sentido, a estratégia da OSM-SP mostrou-se insuficiente. Oscilou entre o projeto de construção de uma corrente sindical ampla, baseada em organizações de fábrica, capaz de disputar e conquistar a direção do maior

31 GIANOTTI, Vito; NETO, Sebastião Lopes. **CUT ontem e hoje: o que mudou das origens ao IV CONCURT**. São Paulo: Vozes, 1991, p. 24

32 BATISTONI, op. cit., p. 259

sindicato de trabalhadores do Brasil e colocá-lo a serviço das lutas e do fortalecimento de sua organização de base visando a destruição da própria estrutura sindical “estadonovista” e outro projeto, de priorizar a construção de comissões de base, articulando-as em organizações interfábricas e associações culturais de forma a conquistar autoridade e acumular forças para sustentar aí a nova estrutura sindical. Esta oscilação é o “dilema” que Batistoni identificou no ser da Oposição: “entre a fábrica e o sindicato” e se manifesta, por exemplo, no “racha” do Grupo dos 21, que se recusou a participar do 1º Congresso em 1979 e no fato de que, na maior base da Oposição, na Zona Sul, em 1984 o índice de sindicalização ficava em cerca de 12,7%, abaixo da média de 15% verificada na categoria e bem abaixo do peso do setor na categoria, que era de 30,6%.³³

Havia dois problemas no intento de construir uma nova estrutura sindical com base nas comissões de fábrica: distorcia para mais a avaliação da força dessas organizações e para menos o papel dos sindicatos como referência de luta para os trabalhadores e como instituição mediadora dos conflitos entre classe operária, patrões e Estado.

Organizações de fábrica, mais ou menos formalizadas, são registradas em estudos sobre metalúrgicos e têxteis de São Paulo pelo menos desde a greve de 1917 e aparecem, por exemplo, na documentação da polícia política sempre que emerge algum conflito fabril. Muitas vezes são organização *ad hoc*, tirada para negociar ou mediar algum embate ou promover uma greve, desde sua preparação ao encerramento, reunindo operários e operárias com mais iniciativa, conhecimento prévio decorrente de relações de amizade, parentesco, compadrio ou vizinhança e que depois, quando não dissolvida por demissões, “desaparece” em períodos de “normalidade”. Entre 1946 e 1964, por exemplo, eram as ações de grupos de militantes ligados ao Partido Comunista Brasileiro ou de delegados do Sindicato dos Metalúrgicos que conferiam ou tentavam conferir uma maior continuidade às comissões, com a edição de pequenos jornais mimeografados ou a atribuição de carteirinhas aos seus membros, tendo por objetivo transformá-las em base de projetos políticos ou sindicais mais amplos. A própria ideia de construir uma nova estrutura sindical apoiada nas comissões estava presente nas teses do Partido Comunista até 1952. As organizações de fábrica ressurgiram em São Paulo em 1978 na onda do ciclo grevista que começava porque o conflito fabril assim o exigia e a direção do Sindicato estava ausente das lutas e encontram nas lideranças da Oposição um grupo munido de ideias hauridas na Teologia da Libertação ou nos teóricos dos *conselhos*, disposto a torná-las alavancas para mover o mundo.³⁴

O exemplo da trajetória da comissão da Toshiba na greve de maio de 1978 deve ser lembrado por configurar situação que se repetia com frequência. Anizio Batista relatou que, quando foi empregado pela empresa encontrou “algumas pessoas conhecidas que trabalhavam na Toshiba e que também eram próximos ao pessoal que morava perto da minha casa. Logo que eu entrei o pessoal reclamou, porque a Toshiba tinha um salário

33 Ibid., pp. 136 e 398

34 Batistoni menciona entre os “conselhistas” Anton Pannekoek, Herman Forter, Amadeo Bordiga, Lukacs (dos anos 1920). Ibid., pp. 102 e 103.

baixo mesmo”. Formou-se então uma “comissão de fábrica clandestina”, que se reunia na igreja da Vila Arapua para discutir com a empresa “a questão de roupa, de refeição, CIPA”. Parece ser esta a comissão de onze membros, representando cinco seções, mencionada em outro depoimento, responsável pela deflagração da greve.³⁵ Com a fábrica parada, Anízio foi convocado ao Departamento de Pessoal para esclarecer sobre o que estava acontecendo e conseguiu convencer a direção a negociar com uma comissão. Formou-se um grupo com 30 pessoas, muito numeroso para os espaços disponíveis na administração e resolveu-se, então, utilizar o refeitório para a reunião. Entretanto, ocorreu um imprevisto: dos 600 operários/operárias da indústria, 200 se fizeram presentes no refeitório. A direção da empresa interrompeu o diálogo, retirou-se do recinto e deixou os trabalhadores sozinhos. Estes resolveram formar uma comissão de dezoito membros para representar os companheiros/companheiras na mesa de negociações. A greve encerrou-se com um acordo que previa estabilidade no emprego para a comissão. Entretanto, segundo Batistoni, “alguns dias depois, foram despedidos todos os seus membros e o integrante da Chapa 3 [Anízio Batista] foi demitido no final da campanha eleitoral”.³⁶ Temos aqui todos os elementos de uma realidade: a comissão clandestina que se reúne em uma Igreja e conta, para sua organização, com laços de vizinhança e amizade mais do que afinidades políticas ou ideológicas; as transformações da composição do grupo ao longo da greve, sem maior formalidade e, finalmente, o facão patronal liquidando com a organização.³⁷

As comissões podiam ter outros destinos: obter o reconhecimento formal dos patrões, o que, em 1978, aconteceu em cerca de 35 empresas;³⁸ ser organizadas com perfil de *comissões sindicais de fábrica*, no processo de “modernização conservadora” do Sindicato dos Metalúrgicos a partir de 1982, segundo diagnóstico de Arnaldo Nogueira,³⁹ ou se manter como comissões autônomas, alinhadas com o projeto da OSM-SP, como foi o caso da comissão da Asama.⁴⁰

A outra face da mesma moeda falsa decorria de um balanço hegemônico na esquerda do final dos anos 70 sobre o chamado “sindicalismo populista:

O sindicalismo que o CGT tinha herdado de Getúlio, com seus vícios congênicos (falta de enraizamento na base, falta de representatividade, atrelamento à estrutura oficial e dependente ideologicamente da burguesia) precisava ser revisto totalmente

35 “Depoimento de Anízio Leite para Márcia sobre a greve na Toshiba”. Centro de Memória Sindical. Pasta Ca01 Metalúrgicos de São Paulo. (O depoimento está transcrito em papel timbrado da Folha de São Paulo. O sobrenome do depoente está registrado incorretamente)

36 Ibid., p. 202

37 CF. BATISTONI, Anizio. **Anizio Batista**: depoimento [mar. 2018]. Entrevistador: Murilo Leal. São Paulo, 2018.

38 BATISTONI, op. cit., p. 200. Os estatutos da Asama e da Ford de São Paulo podem ser consultados no Centro de Memória Sindical. Caixa 01 J – Metal SP – Greves décadas 1970 e 1980 – Comissões de fábrica 1978-83, Pasta Ca01 Metalúrgicos de São Paulo – Comissões de fábrica 1978-1982.

39 NOGUEIRA, Arnaldo José França. **A modernização conservadora do sindicalismo brasileiro**: a experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. São Paulo: Educ, 1997, p. 119.

40 30 ANOS da Comissão de Fábrica da ASAMA: a democracia operária dá certo. São Paulo: Projeto Memória da OSM, s/d.

(...) Um novo sindicalismo precisava ser construído: desatrelado do Ministério do Trabalho, organizado nos locais de trabalho e separado dos interesses patronais.⁴¹

O problema é que fora acumulada uma *experiência* de organização e luta dentro das *estruturas* formalmente subordinadas ao Estado, como, aliás, acontece com frequência. Assim, o novo ciclo de expansão das greves e lutas operárias dos anos 1970 e 80 encontrou nos sindicatos canais para desenvolver-se, através dos chamados “autênticos” como também de oposições que conquistaram a diretoria das entidades afastando os pelegos. Mas, para o infortúnio da causa da OSM-SP, também se desenvolveu sob um projeto de renovação conservadora empreendido no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que, com nova direção, logrou ampliar muito o número de sindicalizados, fazer-se presente nos locais de trabalho, organizar e dirigir enfrentamentos localizados por questões econômicas e de condições laborais, enfraquecendo aos poucos a presença da OSM- SP.

Ainda assim, cabe reconhecer que mudanças na estrutura sindical foram executadas, seja pela via da ação direta, proposta pela Oposição, como, por exemplo, a fundação da CUT em 1983, à revelia da CLT, seja pela via proposta pelos sindicalistas moderados, com a aprovação da Constituição de 1988, que reconheceu o direito de greve, o direito de sindicalização do funcionário público, extinguiu o estatuto padrão e o controle da Delegacia Regional do Trabalho sobre as eleições sindicais. Mantiveram-se, porém, dois pilares principais da velha estrutura: a unicidade sindical e o imposto. Voltando, portanto, à pergunta inicial: por que a mudança na estrutura sindical não se completou? O projeto da OSM poderia ter vingado?

Pode-se cogitar que, em 1978, quando a OSM-SP levantou vigorosamente a bandeira das comissões de fábrica e da derrubada das estruturas, grande parte dos sindicatos estava dirigida por grupos que vinham das interventorias de 1964 e primavam pelo assistencialismo. Pareceu, por um momento, ser possível a organização de uma grande frente pelas liberdades democráticas para o movimento operário, associada a mudanças profundas nas estruturas que haviam sustentado os próprios interventores. Aos poucos o movimento sindical foi se diferenciando, por um lado e, por outro, mais uma vez, aquelas estruturas mostraram-se permeáveis aos avanços das lutas dos trabalhadores. Em 1987, quando o assunto foi pautado na Assembleia Constituinte, já não havia tanto ímpeto de liquidar com a estrutura “estadonovista” de cabo a rabo, incluindo a unicidade e o imposto sindical. A radicalidade do projeto de construir uma nova estrutura sindical foi tornando-se minoritária e perdendo força. Seus defensores foram isolados, não encontrando o “calcanhar de Aquiles” para derrubar o gigante. Conquistar a direção do maior sindicato metalúrgico do país para esta causa teria sido, certamente, um trunfo importante para uma possível mudança.

Portanto, o bloqueio e reapropriação das bandeiras das reformas estruturais com frequência aparece como um processo em três momentos:

41 GIANOTTI, Vito; NETO, Sebastião Lopes, op. cit., pp 13 e 14.

- a) a causa reformista é formulada em sua radicalidade como resposta a impasses políticos ou sociais em uma conjuntura em que estão bloqueadas quaisquer medidas de “descompressão” sendo, aparentemente, apoiada por uma ampla maioria;
- b) é estabelecido um arranjo para uma “transição pelo alto” e medidas paliativas são implementadas pela nova coalizão dominante, constituída ou apoiada por forças dissidentes da coalizão anterior e algumas forças transformistas do bloco oposicionista. Moralmente, a antiga bandeira mantém sua força e recebe ainda apoio verbal amplo, mas na nova situação a causa radical se enfraquece e diversos grupos acomodam-se;
- c) A reforma radical sai da agenda, os grupos que a levantaram não marginalizados, a nova situação surge como alternativa. O estado coisas, porém, deteriora-se e a medida radical, finalmente, é executada por grupos conservadores da coalizão da “transição pelo alto” ou por novos grupos conservadores no afã de se mostrarem renovadores, cobrindo-se com o que resta da força moral da antiga bandeira, agora esvaziada de sua força transformadora.

4. Os impasses da “via triunfal” da CUT e do PT. A derrota dos vencedores e a experiência da CUT pela Base

As derrotas e impasses da esquerda em 2018 – *impeachment* contra o governo Dilma, prisão e condenação por corrupção de alguns dos principais dirigentes do PT, revés eleitoral em 2016, avanço das reformas neoliberais no mundo trabalho – põem na ordem do dia duas tarefas urgentes: a) unidade na luta contra o neoliberalismo, o conservadorismo e o autoritarismo; b) balanço crítico de todo o percurso a fim de construir alternativas. Neste último aspecto, toda a experiência da OSM-SP nos anos 1970 e 80 pode enriquecer o amadurecimento de novas saídas para o amanhã.

Três práticas merecem ser lembradas, principalmente. A primeira delas, já mencionada de passagem, se constitui na luta contra estruturas simultaneamente por dentro e por fora das mesmas estruturas. A Oposição participou de campanhas salariais, da organização de greves e mesmo de movimentos de “filiação crítica” ao Sindicato dos Metalúrgicos ao mesmo tempo fortalecendo a instituição e disputando sua direção com os pelegos. Mas não ficou nisto. Em seu I Congresso, resolveu criar associações culturais que permitissem uma aproximação constante e facilitassem a formação de setores de oposição baseados em reuniões interfábricas.⁴²Surgiram, então, organizações desse tipo em Santo Amaro, na Mooca, Ipiranga, Tatuapé, Itaquera, Vila Leopoldina, Jurubatuba. Eram sustentadas por trabalhadores e moradores das regiões e facilitavam as reuniões de grupos de fábricas de várias categorias como também de grupos de bairro. Desenvolviam cursos de formação política, profissionalizantes, oficinas de aprendizagem de imprensa operária e popular, organizavam pequenas bibliotecas e

⁴² BATISTONI, op. cit., p. 14

promoviam atividades culturais. Tiveram papel importante na greve de 1979 e na articulação entre a luta fabril e as ações coletivas nos bairros.⁴³

À primeira vista, a organização das associações parece indicar o reforço, dentro da OSM-SP, da linha de edificação de uma estrutura paralela ao sindicato, empreendimento que, nas condições dadas, teria pouca chance de êxito. Mas se lembrarmos que, em condições diversas, a Associação Beneficente e Cultural dos Trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema, constituída legalmente em 1979 cumprindo deliberação do 2º Congresso dos Metalúrgicos, foi capaz de reunir e organizar uma força coletiva por fora da estrutura oficial, encurralando o interventor imposto pela ditadura durante a greve, e apressando o fim da intervenção e a retomada do sindicato, podemos entender que as associações criadas pela OSM-SP foram um recurso inventivo no enfrentamento dos pelegos, da estrutura sindical e na mobilização operária.

A segunda prática se constitui na transformação da experiência da OSM-SP em fundamento de uma política nacional direcionada a construir um movimento sindical classista e popular, combativo, democrático e socialista. A expressão organizada deste projeto foi a tendência *CUT pela Base*, formada em 1985.

Sumariamente, é possível dizer que a CUT teve duas raízes, foi formada “por dois rios”: o sindicalismo autêntico, com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC como principal expressão e as oposições sindicais, com a OSM na liderança.⁴⁴ A Oposição projetou-se como força organizadora de uma corrente nacional ao realizar o Encontro Nacional de Oposição Sindicais (ENOS) nos dias 10 e 11 de maio de 1980, em São Paulo, quando se reuniram 12 representações de setores rurais (inclusive o seringueiro Chico Mendes, assassinado em 1988), 17 de industriais e 13 do setor de serviços, além da Pastoral Operária, Comissão Pastoral da Terra e representante do Sindicato dos Bancários de São Paulo.⁴⁵ No mesmo ano, em Nova Iguaçu (RJ), realizou-se o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), aí com a participação dos “autênticos”. A OSM-SP e o Sindicato dos Bancários de São Paulo assinaram a tese *Por um sindicato democrático e independente*.⁴⁶ Na sequência, formou-se a Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos), que realizou um encontro em Goiânia, em junho de 1982. Nestes encontros foi gestada a CUT como “invenção política”, sendo finalmente fundada no I Congresso das Classes Trabalhadores, CONCLAT, em agosto de 1983. Mais de um analista entende que a realização dos ENTOES foi decisiva para afastar os sindicalistas autênticos do setor da *Unidade Sindical*, que agregava uma parte da esquerda (PCB, MR-8) e uma parte dos pelegos, como o Joaquim dos Santos Andrade.⁴⁷

43 Ibid., p. 312.

44 A ideia das duas raízes ou “dois rios” aparece em GIANOTTI, Vito; NETO, Sebastião Lopes, op. cit., pp. 17 e 21 e também em PONTES, Martisalém Covas. **Uma caminhada de luta**. São Paulo: Ex-Libris, 2014, pp. 85 e 86.

45 BATISTONI, op. cit., p. 382.

46 Ibid., p.384

47 Esta é a avaliação de BATISTONI, op. cit., p. 384 e também de PONTES, op. cit., p. 86.

A divergência de fundo entre as duas correntes refletia a trajetória de experiências políticas e de organização distintas e materializou-se, desde a fundação da CUT, em duas concepções de como deveria organizar-se a Central. A OSM-SP e outras forças defenderam o direito de filiação de trabalhadores individualmente, de comissões de fábrica e outras organizações independentes de base, ao passo que os sindicalistas autênticos eram favoráveis à filiação somente de sindicatos e oposições sindicais.⁴⁸ Esta divergência seria resolvida no 3º Congresso Nacional da CUT, realizado em Belo Horizonte em 1988. Neste encontro foram aprovadas mudanças estatutárias estabelecendo o número de delegados aos congressos de acordo com o número de sindicalizados e não com o número de trabalhadores na base das categorias; as oposições também tiveram sua representação reduzida, pois suas delegações passaram a ser proporcionais aos votos obtidos nas últimas eleições. Finalmente, os delegados aos congressos nacionais, que antes eram eleitos na base, passaram a ser eleitos nos congressos estaduais.⁴⁹ Segundo Gianotti e Neto, “Neste CONCURT começou a ser gestada uma visão de Central muito mais próxima do sindicalismo europeu, caracterizado por centrais de sindicatos, fortemente verticalizadas, que representam os sindicalizados...”⁵⁰

A experiência da OSM-SP foi transportada para dentro da CUT também com a organização das *zonais* da Grande São Paulo que visavam a integração horizontal das diversas categorias de cada região industrial. O que levou à invenção das *zonais* no processo de construção da CUT fica claro nas linhas do Presidente do Sindicato dos Plásticos, Martisalém Covas Pontes:

Nesse campo, o nosso grupo defendia uma forma horizontal de organização, ao contrário da Articulação, que defendia uma proposta vertical, meramente sindical, a partir da organização já existente. Defendíamos o horizontalismo principalmente em razão da situação dos trabalhadores da capital paulista. São Paulo, na nossa visão, era uma terra de muitas categorias e com sindicatos poucos representativos. No entanto, vários desses sindicatos estavam nas mãos de pelegos e o movimento sindical precisava ter uma forma de organização dos trabalhadores que agregasse as categorias, mesmo sendo oposição às diretorias dos sindicatos (...) Foi a partir daí que, dentro da CUT, surgiu a ideia das zonais. Algumas dessas zonais eram sedes de sindicatos, como nos casos dos químicos e dos plásticos e outras eram associações de trabalhadores.⁵¹

Hoje, em um período marcado pela redução do contingente de trabalhadores com carteira assinada; pela dificuldade de organizar trabalhadores informais, setor que Singer qualificou como “subproletariado”, base eleitoral da direita até 2002 e que, no realinhamento de 2006 passou a apoiar o “lulismo”;⁵² pela entrada das “multidões” em cena em 2013 e, finalmente, pela a dificuldade do movimento sindical em mobilizar os

48 BATISTONI, op. cit., p. 388

49 Cf.: GIANOTTI, Vito; NETO, Sebastião Lopes, op. cit., pp. 50 a 55 e PONTES, Martisalém Covas, op. cit., p. 78.

50 GIANOTTI, Vito; NETO, Sebastião Lopes, op. cit., p. 46.

51 PONTES, Martisalém Covas, op. cit., pp. 80 e 81.

52 SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, especialmente pp. 110 a 124.

trabalhadores para resistir à nova ofensiva neoliberal, os exemplos de organização horizontal deixados pela OSM-SP podem ser, de novo, embriões da formação de uma força operária e popular.

A terceira invenção a ser lembrada é da organização da OSM-SP como **frente de trabalhadores** e não frente de grupos ou tendências políticas. De acordo com o Conselho do Projeto Memória da OSM:

Seu método foi o de intenso investimento no trabalho de base e no poder de decisão dos próprios trabalhadores, configurando-se como uma **frente de trabalhadores**. Eram os operários combativos, de diversas correntes políticas e ideológicas, que não negavam a importância das organizações e partidos, mas se submetiam às regras do coletivo. Não era uma frente de tendências ou de grupos políticos.⁵³

Os integrantes da OSM-SP eram reconhecidos por sua inserção na categoria e por seu trabalho de base e não pela autoridade ou influência política que as correntes a que eventualmente pertencessem pudessem ter. Desta forma, foi possível construir um organismo novo, que mantinha sua unidade a partir de critérios de funcionamento e deliberação definidos pelo próprio coletivo. Nas palavras de Batistoni:

Mas o que se evidencia é a *unidade* que foi capaz de conformar em torno de um ideário e de suas orientações práticas, ultrapassando a diversificada confluência originária e se constituindo em um organismo *novo*, uma *frente de trabalhadores*.⁵⁴

Em suma, a tática da luta pela transformação da estrutura sindical atuando simultaneamente por dentro (atuação nas campanhas salariais, disputa eleitoral pela direção do sindicato etc.) e por fora (formação de comissões de fábrica, de organizações interfábricas, de associações culturais etc.) das mesmas estruturas; a defesa de uma CUT organizada horizontalmente, tendo as zonais como articuladoras de base desta prática; o funcionamento como *frente de trabalhadores* são experiências importantes a serem lembradas e estudadas 40 anos depois, já que o abandono da mobilização por efetivas mudanças de estruturas, o sindicalismo corporativo e a fragmentação em tendências parece ter-nos levado a graves derrotas e a uma situação bem difícil.

5. O que a causa dos mártires revela sobre o sentido da história

Talvez os historiadores do futuro venham a descobrir que o golpe do *impeachment* contra Dilma Roussef, a prisão de Lula e a ascensão de Bolsonaro enterraram a nova história dos vencedores que vinha sendo gestada, desta vez tendo como protagonistas os próprios trabalhadores, artífices, com suas lutas, de um progresso difícil mas contínuo em direção ao reconhecimento de sua cidadania plena. Nesta visão ingênua o conceito de *luta de classes* foi abandonado por ser “dogmático”, a ferocidade das classes dominantes em defesa da manutenção de uma ordem social desigual foi esquecida por muito “esquemática”, os mecanismos que definem a natureza de classe do Estado, em suas complexidades e sutilezas, saíram do campo de visão. Rememorar a implacável

53 CONSELHO DO PROJETO MEMÓRIA DA OSM, op. cit., p. 67.

54 BATISTONI, op. cit., p. 3.

repressão sofrida pela OSM-SP e homenagear os que deram a vida pela causa pode representar um corretivo a esta narrativa pobre.

É importante lembrar que a indústria metalúrgica paulistana estava constituída, em 1985, por cerca de 4.327 empresas, distribuídas de forma mais ou menos proporcional por seus quatro ramos de atividade: metalúrgico (1.562), mecânico (1.249), material elétrico (1.001) e material de transporte (515).⁵⁵ Como é possível notar, no ramo de material de transporte agrupava-se um número menor de empresas, alocadas, as principais, na região do ABC. Este complexo diversificado abastecia a indústria brasileira de peças, máquinas, equipamentos, insumos, desempenhando, portanto, funções estratégicas na economia. As lutas operárias nesse território tornavam-se, potencialmente, assunto de segurança nacional e enfrentavam resistência e repressão de inimigos poderosos: FIESP, Governo do Estado, Governo Federal. A direção do Sindicato dos Metalúrgicos jogou um papel ambivalente, mas sem dúvidas colaborou com o sistema.

Os métodos repressivos do empresariado iam desde a demissão das lideranças, dos membros de comissões, dos grevistas, seguida de sua virtual exclusão do mercado de trabalho na indústria metalúrgica com a elaboração das então chamadas “listas negras”, até a colaboração direta com os órgãos de repressão, como documentado no já citado dossiê *Investigação Operária*. O Governo do Estado, por sua vez, foi responsável pela prisão da coordenação da OSM-SP em 1974 e mais 30 a 40 pessoas pertencentes a entidades apoiadoras. A organização debilitou-se de tal maneira que foi impossível concorrer à direção do Sindicato em 1975.⁵⁶ Como já mencionado, na greve de 1979 o governador Paulo Maluf ordenou a repressão pela ROTA, efetuando a prisão de pelo menos 334 grevistas fichados no DEOPS, invadindo subsedes, igrejas e assassinando Santo Dias. O Governo Federal atuava diretamente no monitoramento e repressão através da Polícia Federal, da participação do Exército no comando da Operação Bandeirantes e do Sistema DOI-CODI,⁵⁷ na preservação da impunidade dos agentes de repressão pelo Poder Judiciário. Quanto à colaboração da Diretoria do Sindicato sob comando de Joaquim dos Santos Andrade com a polícia política, a pesquisa *Investigação operária* reúne, como já mencionado, vários depoimentos. Por exemplo, o de Anízio Batista: “Fui dedurado em algumas fábricas: na greve da Villares, em 1973, pelo sindicato (...) Não tenho como provar, mas podemos afirmar que éramos da Oposição, com certeza o Sindicato foi o delator”. É do mesmo teor o depoimento de José Lima Soares, conhecido como “Soarão”: “Fui dedurado várias vezes. Em duas delas, na Ferramentaria Ravito e na Brastubo. Não tenho como duvidar, fui dedurado pelo Jaime, diretor do Sindicato”, confirmado pelos de Albino Barzi: “Fui dedurado na Metalúrgica São Rafael pelo Sindicato” e Fernando do Ó Veloso: “Olha, acho que a diretoria do Sindicato me dedurou” e vários outros.⁵⁸

55 IBID, p., 135

56 CONSELHO DO PROJETO MEMÓRIA DA OSM, op. cit., pp. 138 e 139.

57 JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem:** os interrogatórios na Operação bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, pp. 46 a 57

58 CONSELHO DO PROJETO MEMÓRIA DA OSM, op. cit., p. 132.

Provavelmente, os agentes da repressão sabiam que estavam enfrentando uma grande causa e, assim também deviam sentir e pensar os seus combatentes. Somente as grandes causas produzem mártires e marcam o tempo cronológico com a potência do que Benjamin chamou de “tempo messiânico”, aquele que contém o “signo de uma chance revolucionária”.⁵⁹A experiência da OSM-SP só se realizou porque um conjunto de lutadores e lutadoras considerou que esta obra era o mais importante de suas vidas e alguns deles perderam a vida defendendo a obra. Dois desses mártires foram mortos diretamente por sua militância na Oposição: Luiz Hirata era um de seus coordenadores, juntamente com Waldemar Rossi, Cleodon Silva, Vito Gianotti e Raimundo Moreira.⁶⁰ Militante da AP, era ponteador de solda elétrica na metalúrgica Mangels, localizada entre o Ipiranga e a Mooca, quando foi preso em 24 de novembro de 1971 e torturado no DEOPS até 16 de dezembro, sendo, então removido para o Hospital das Clínicas, onde faleceu no dia 20 do mesmo mês. Santo Dias da Silva foi assassinado pelo soldado da ROTA, Herculano Leonel, com um tiro na barriga no dia 30 de outubro de 1979, segundo dia da greve metalúrgica, em um piquete em frente à fábrica Sylvania em Santo Amaro. Santo militava na Oposição desde 1965, era membro da Pastoral Operária, do Movimento contra o Custo de Vida, representante leigo perante a CNBB e fora candidato a vice presidente do Sindicato na chapa encabeçada por Anízio Batista em 1978. Foi Inspetor de Qualidade na Metal Leve e depois trabalhou na Alfa Fogões. O soldado da ROTA pagou com dois meses de prisão e depois foi absolvido. Na memória do companheiro de profissão e de lutas de Santo, Vicente García Ruiz:

Por todos esse anos de luta, no dia de sua morte, reunimo-nos na porta da Sylvania e pintamos o chão com os dizeres: “Aqui foi assassinado o operário Santo Dias da Silva pela polícia militar no dia 30/10/1979 às 14 horas. Caminhamos até o local onde foi sepultado e celebramos uma missa. Dessa forma, mantemos seus ideais vivos, registramos sua história e renovamos nosso compromisso com suas lutas.”⁶¹

Em maio de 1970 foi preso e assassinado sob torturas o militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) Olavo Hanssen, que trabalhava então em uma indústria química em Santo André. Fora militante de oposição aos interventores no Sindicato dos Metalúrgicos desde 1964, quando trabalhava na Massari S.A., Indústria de Viaturas, antes mesmo da organização da OSM-SP. Apoiara a Chapa Verde em 1967 e sofrera já quatro prisões por sua atuação no movimento metalúrgico quando foi conduzido para o DEOPS pela última vez.

Em janeiro de 1976 foi preso e assassinado sob torturas o metalúrgico Manoel Fiel Filho, militante do PCB, apoiador da OSM-SP e metalúrgico prensista da Metal Arte, situada na Mooca.

59 BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio R. (Org.) **Walter Benjamin**. São Paulo, Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais), p. 163.

60 COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS/ INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO (IEVE). **Dossiê Ditadura**: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). São Paulo: Imprensa Oficial, p. 296.

61 RUIZ, Vicente Garcia, op. cit., p. 209

Relembrar a causa desses mártires é essencial não apenas para sua homenagem, mas para corrigir a tendência da História tornar-se narrativa de algum processo progressivo, neste caso, de conquista da “cidadania plena”. Promovendo alguma adaptação, talvez caiba aqui citar mais uma vez as célebres palavras de E. P. Thompson:

Não deveríamos ter como único critério de julgamento o fato de as ações de um homem se justificarem, ou não, à luz da evolução posterior. Afinal de contas, nós mesmos não estamos no final da evolução social. Podemos descobrir, em algumas das causas perdidas do povo da Revolução industrial, percepções de males sociais que ainda estão por curar.⁶²

62 THOMPSON, E.P. , **A formação da classe operária inglesa: a árvore da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 13.